



TRIBUNAL SUPREMO

1ª SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL

ACÓRDÃO

HABEAS CORPUS: nº 230

RÉU: [REDACTED]

ACORDAM EM NOME DO POVO:

Acordam no Tribunal Supremo

I - RELATÓRIO

1. [REDACTED], arguido nos autos supra mencionados, e aí devidamente identificado, vem, nos termos do artigo 68º da Constituição da República e dos artigos 315º do Código de Processo Penal, requerer HABEAS CORPUS POR EXCESSO DE PRISÃO PREVENTIVA nos termos e com os fundamentos que se seguem:

“ (...)

Iº

O coarguido vem sendo acusado da prática de crime de furto de uma viatura, previsto e punido pelo Decreto-lei nº 44 939 e pelo crime de falsificação de documentos, p. e p., pelos art. 216, nº 3 do C.P.

IIº

O coarguido foi detido no dia 6 de Maio de 2017, na Província de Benguela pela polícia nacional, apresentado ao Ministério Público e posteriormente levado à Província de Luanda, para a comarca de Viana, no dia 10 do mês e ano em referência;



IIIº

Desde a data de detenção (6 de Maio de 2017) até à data de hoje, o coarguido ainda não foi pronunciado, perfazendo 8 (oito) meses, contrariando assim o nº 1, (alínea b, nº 2 e 3 do art.40º da Lei 25/15, de 18 de Setembro, Lei das Medidas Cautelares em Processo Penal;

IVº

Assim sendo, o coarguido encontra-se sob excesso de prisão preventiva na fase judicial;

Vº

E mais, verificou-se uma autêntica violação do princípio da igualdade processual uma vez que, sobre os mesmos factos, foram indiciados três coarguidos, nomeadamente [REDACTED] [REDACTED] e [REDACTED] sendo que apenas a [REDACTED] lhe foi restituída a liberdade enquanto os demais foram mantidos em prisão preventiva excessiva, violando assim o princípio da igualdade consagrado no artº23º da CRA.

PEDIDO

Uma vez violados os prazos máximos da prisão preventiva, nos termos do artigo 42º da lei 25/15, de 18 de Setembro, Lei das Medidas Cautelares em processo penal, e a violação do princípio da igualdade previsto no artigo 23º da CRA, deve ao coarguido [REDACTED] ser-lhe imediatamente restituída a liberdade e, pelos mesmos motivos, se restituiu a liberdade ao coarguido [REDACTED]."



TRIBUNAL SUPREMO

Os autos foram com vista ao Digno Magistrado do Ministério Público, junto deste Tribunal que emitiu o seguinte parecer:

"A prisão do requerente é legal por se achar dentro do prazo legal pelo que somos pelo indeferimento do requerido."

II. FUNDAMENTAÇÃO

Ora, nos termos do art.º 68.º da C.R.A., o interessado pode requerer perante o tribunal competente, a providência de *habeas corpus* em virtude de detenção ou prisão ilegal. Sendo o único caso de garantia específica e extraordinária constitucionalmente prevista para a defesa dos direitos fundamentais, o *habeas corpus* evidencia a importância do direito à liberdade constituindo uma "garantia privilegiada" daquele direito (cf. Gomes **Canotilho**, Vital **Moreira**, Constituição da República Portuguesa - Anotada, vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 2007, anotação ao art, 31.º I, p.508).

São exigidos cumulativamente dois requisitos:

- 1) Abuso de poder, lesivo do direito à liberdade, enquanto liberdade física e liberdade de movimentos e
- 2) Detenção ou prisão ilegal.

Isto é, a interposição desta providência de **habeas corpus** só é possível desde que se verifiquem estes requisitos muito restritos e só pode ser deferida se verificados um ou mais destes pressupostos.

Não temos dúvidas que o caso versa sobre uma ilegalidade de prisão nos termos definidos no art.º 315º.



Face às informações constantes dos autos, o Réu foi detido no dia 8/05/2017 e acusado pela prática de um crime de Furto de Veículo, p. e p. pelo artigo 1º, nº 1, alínea d) do Decreto-lei nº 44939, de 27 de Março de 1963, em concurso real com o crime de falsificação de documento autêntico, p. e p, pelo art.º 216º, nº 3 do C. Penal. Foi proferido o Despacho de Pronúncia a 16/01/2018, conforme informação datada de 8/02/2018 (fls.8).

O artº315º do C.P.P. faz depender a procedência da petição de *Habeas Corpus* do facto de, a prisão,

- a) Ter sido efectuada ou ordenada por entidade incompetente;
- b) Ser motivada por facto pelo qual a lei a não permite; ou
- c) Manter-se para além dos prazos fixados pela lei ou por decisão judicial.

Como é evidente, o deferimento da pretensão do requerente, só poderá, no caso, ficar dependente da ultrapassagem dos prazos de prisão preventiva a que se refere a última alínea.

É o que vamos ver.

De acordo com o preceituado no art.º 40.º, al. b) do n.º 1, da lei 25/2015, a prisão preventiva deve cessar quando, desde o seu início, decorrerem quarto meses sem acusação e seis meses sem pronúncia, determinando o n.º 2 que este prazo pode ser acrescido de dois meses em casos de especial complexidade, por despacho devidamente fundamentado.

Ora, tendo em conta a data da prisão do Réu (8/05/2016) e o facto de a informação do Tribunal dar conta que houve pronúncia, passados 8 meses e 8 dias da data da prisão, o prazo não foi excedido por ter sido pronunciado,



TRIBUNAL SUPREMO

pelo que estamos de acordo com o parecer do Digno Ministério Público quanto à legalidade da prisão.

Assim, teremos de concluir pela improcedência do presente requerimento, conforme parecer do Digno Magistrado do M.P. junto deste Tribunal.

III Decisão

Termos em que acordam os Juízes da Secção Criminal do Tribunal Supremo de Justiça, após audiência, em negar provimento ao pedido por se afigurar legal a prisão do requerente.

Notifique

Luanda, 07 de Março de 2018

José Martinho Nunes (Relator)

Joel Leonardo

Daniel Modesto Geraldes